



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Acordo para a realização de Doutoramento em Regime de Cotutela

Entre

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO, autarquia educacional em regime especial, situada na Av. Fernando Ferrari, n.º 514, Campus Universitário de Goiabeiras, Vitória/Espírito Santo, CEP 29075-910, inscrita no CNPJ-MF sob o n.º 32.479.123/0001-43, neste ato representada pelo seu Magnífico Reitor, Prof. Dr. Paulo Sérgio de Paula Vargas, brasileiro, casado, credenciado por Decreto da Exmo. Sr. ° Presidente da República do Brasil, publicado no DOU de 23/03/2020,

E

UNIVERSIDADE DE COIMBRA, Pessoa coletiva n.º 501617582, com sede no Paço das Escolas, em Coimbra, Portugal, neste ato representada pela Senhora Vice-Reitora Prof.ª Doutora Cristina Albuquerque, por competência delegada através do despacho n.º 4011/2021, de 21.04 publicado no Diário da República, II série, n.º 77 alterado pelo Despacho n.º 7706/2021, de 05.08 publicado no Diário da República, II série, n.º 151 retificado pela Declaração de Retificação n.º 734/2021, de 22.10 publicado no Diário da República, II série, n.º 206.

Considerando que:

- Ambas as instituições têm os mesmos objetivos académicos e culturais;
- Ambas as instituições desenvolvem ações e linhas de colaboração para promover a difusão e o intercâmbio do conhecimento científico e cultural;
- Ambas as instituições têm competência para conferir o grau de Doutor;

- A Resolução nº 01/2001 do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Ensino Superior referentes a estudos de pós-graduação;
- A Resolução nº 36/2010, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal do Espírito Santo;
- E o quadro legal e regulamentar em vigor na ordem jurídica portuguesa.

É celebrado o presente acordo

DISPOSIÇÃO 1ª
(TÍTULO 1.º / CLÁUSULA 1ª)

Do Objeto

1. Na prossecução do objetivo comum de estimular a cooperação científica e promover a mobilidade dos/as investigadores/as, este acordo estabelece o quadro de supervisão conjunta do programa de doutoramento de:

Doutoranda: **Anny Barcelos Mazioli**

na UNIVERSIDADE DE COIMBRA Doutoramento em História / área: História Moderna e

na UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO Doutorado em História Social das Relações Políticas.

2. Tema da Tese de Doutoramento: A melancolia feminina setecentista: Dona Maria I e o limiar entre as emoções e a doença (1727-1816).
3. O **Apêndice 1** contém uma descrição do programa de trabalho que irá suportar a Tese de Doutoramento e projeto de pesquisa de doutoramento aprovado pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFES e apresentado na FLUC como “Breve descrição do programa de trabalho” como determina a alínea e) do Art.º 83º do Regulamento Académico da UC.
4. O **Apêndice 2** compreende o Cronograma de trabalho por semestre nas respetivas instituições.

DISPOSIÇÃO 2ª

(TÍTULO 2º / CLÁUSULA 2.ª)

Administração / Aplicação da legislação nacional e regulamentos institucionais

1. Nada neste acordo deve ser interpretado no sentido de prevalecer sobre a legislação nacional, orientações e enquadramentos ou regulamentos institucionais relativos aos cursos de doutoramento e respetiva atribuição do grau de doutor em qualquer dos países de origem das instituições parceiras.
2. As partes outorgantes comprometem-se a agir em conformidade com os regulamentos e costumes das duas instituições no que concerne à atribuição do grau de doutor e a procurar a resolução por mútuo consenso de eventuais dificuldades que possam surgir na interpretação dos referidos regulamentos.

DISPOSIÇÃO 3ª

(TÍTULO 2º, Art.º 1.º /CLÁUSULA 3ª)

Matrícula e Inscrição

1. A doutoranda tem de passar a estar matriculada e inscrita em ambas as instituições a partir do momento da celebração do acordo de cotutela, devendo a inscrição ser renovada anualmente em ambas as instituições.
2. Sendo assim, a doutoranda estará inscrita:
Na Universidade Federal do Espírito Santo, no Curso de Doutorado em História da Universidade Federal do Espírito Santo, a partir do primeiro semestre de 2022 da UFES (segundo semestre do ano letivo de 2021/2022 da UC) e na Universidade de Coimbra, no Doutorado em História, a partir do primeiro semestre do ano letivo 2022-2023 da UC (com início em setembro 2022).

DISPOSIÇÃO 4ª

(TÍTULO 2.º, Art.º 2.º/ CLÁUSULA 4.ª)

Taxas de inscrição e de escolaridade / Propinas e demais encargos

1. A doutoranda pagará as propinas devidas na Universidade Federal do Espírito Santo e as propinas equivalentes ao período de mobilidade na Universidade de Coimbra. São devidas as taxas de inscrição na Universidade de Coimbra em cada um dos anos de inscrição no programa doutoral.
2. São ainda da responsabilidade da doutoranda as despesas com a deslocação e o alojamento inerentes ao programa doutoral, bem como os procedimentos e encargos com seguros e com a obtenção de visto, quando aplicável.
3. São da responsabilidade da Universidade Federal do Espírito Santo as despesas inerentes à deslocação dos membros do júri de instituições brasileiras para realização das provas públicas de defesa da tese.
4. No entanto, a orientadora por parte da Universidade Federal do Espírito Santo e alguns (ou todos os vogais) poderão participar em videoconferência (conforme definido na Disposição 12ª., Título 4.º, art.º 1.º, cláusula 1.ª).
5. As instituições acordarão na distribuição equitativa de qualquer verba recebida de eventuais patrocinadores do projeto de pesquisa da doutoranda.
6. Assim, fica acordado que a doutoranda só pagará as taxas de inscrição e de escolaridade/propinas das duas universidades parceiras da forma seguinte:
 - na Universidade Federal do Espírito Santo: nos anos universitários: março a agosto de 2022 (1º semestre do ano letivo da UFES); fevereiro de 2024 a agosto de 2025 (1º e 2º semestres do ano letivo da UFES de 2024 e 1º semestre do ano letivo da UFES de 2025). Esta indicação tem um carácter meramente organizacional, uma vez que não há lugar a cobrança de propina nas Universidades públicas brasileiras e a frequência do curso de doutoramento no Brasil não acarreta em nenhum ónus financeiro à estudante.
 - na Universidade de Coimbra: ano letivo 2022/2023, 1.º semestre do ano letivo

2023/2024 e 1º semestre do ano letivo 2025/2026.

DISPOSIÇÃO 5ª

(TÍTULO 2.º, Art.º 3º/ CLÁUSULA 5.ª)

Cobertura social e responsabilidade civil / Seguro

- 1.** A doutoranda encontra-se coberta pelo seguro escolar da instituição em que esteja a frequentar o ciclo de estudos.
- 2.** A doutoranda, se beneficiária de um sistema de segurança social de um dos Estados da União Europeia, Espaço Económico Europeu ou Suíça, deve fazer-se acompanhar, aquando da sua estadia no país da instituição de um desses Estados, do cartão europeu de seguro de doença.
- 3.** Nos casos não abrangidos pelo número anterior, a doutoranda deve providenciar um seguro de doença e de acidentes pessoais.
- 4.** A cobertura social e a responsabilidade civil da doutoranda serão asseguradas, diretamente pela estudante. A cobertura social deverá ser assegurada nas seguintes condições:
 - No Brasil: além do sistema nacional de seguridade social, a doutoranda está coberta pelo seguro complementar de saúde da Associação dos Funcionários Públicos do Espírito Santo.
 - Em Portugal: a doutoranda está coberta pelo Sistema Nacional de Saúde (SNS) com o PB4.

DISPOSIÇÃO 6ª

(TÍTULO 3.º, Art.º 4.º/CLÁUSULA 6.ª)

Início e Duração do Doutoramento

- 1.** A duração do presente acordo é de 48 meses/ 4 anos letivos, podendo ser

excepcionalmente prolongada uma única vez, devendo essa prorrogação constituir a forma de Adenda ao presente acordo.

2. A admissão da doutoranda ao curso de doutorado em regime de cotutela terá início no ano letivo brasileiro de 2022, especificamente em março, na Universidade Federal do Espírito Santo, e no ano letivo português de 2022/2023, em setembro, na Universidade de Coimbra.
3. O/s período/s em que a doutoranda desenvolve trabalhos na instituição de acolhimento não poderá ser reconhecido por via de creditação.
4. A duração prevista do programa doutoral é de 4 anos letivos (UC) ou 48 meses (UFES) podendo ser prorrogado por acordo entre as duas instituições uma única vez, sob proposta conjunta das orientadoras, até ao limite máximo de 5 anos letivos (UC) ou 54 meses (UFES).
5. O pedido de provas de doutoramento deve ocorrer até janeiro de 2026.

DISPOSIÇÃO 7ª

(TÍTULO 3.º, Art.º 3.º/CLÁUSULA 7.ª)

Distribuição do Tempo de Trabalho /Estadias e Permanências em cada uma das Instituições

1. A doutoranda e suas coordenadoras devem decidir sobre o modo como o tempo de trabalho da doutoranda será dividido entre as duas instituições, levando em conta as necessidades de pesquisa e as circunstâncias da doutoranda, salvaguardando um período mínimo de um ano letivo na instituição de acolhimento.
2. O período de estada na universidade de acolhimento não pode ser reconhecido por creditação.
3. O calendário de trabalho consta como **Apêndice 2** ao presente acordo.

4. As alterações ao calendário de trabalho carecem de consenso entre a doutoranda e as suas coorientadoras, devendo ficar registadas em adenda ao presente acordo, subscritas por ambas as orientadoras e pela doutoranda.
5. Ambas as instituições diligenciarão no sentido de assegurar o normal desenrolar do trabalho da doutoranda ao longo da duração dos seus estudos, incluindo a preparação da tese e o ato público de defesa da tese.

DISPOSIÇÃO 8ª

(TÍTULO 3.º, Art.º 4.º/CLÁUSULA 8.ª)

Proteção e Valorização da Tese

Serão sujeitos à regulamentação em vigor e assegurados em conformidade aos protocolos específicos a cada país implicado na cotutela a proteção do assunto da tese, a informação, a sua reprodução, a publicação e a exploração da tese.

DISPOSIÇÃO 9ª

(TÍTULO 3.º, Art.º 5/ CLÁUSULA 9ª)

Orientação da Tese / Responsáveis pela Coorientação

1. O programa doutoral é executado sob a supervisão conjunta de:

Maria Antónia da Silva Figueiredo Lopes, professora na Faculdade de Letras, no curso de Doutoramento em História, na UNIVERSIDADE DE COIMBRA

e

Patrícia Maria da Silva Merlo, professora no Centro de Ciências Humanas e Naturais, no Programa de Pós-Graduação em História, na UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO.

2. Ambas as coorientadoras, designadas de acordo com as regras próprias de cada instituição, comprometem-se a realizar em toda a extensão o papel de coordenação dos estudos da doutoranda, como definido pelos regulamentos em vigor na sua respetiva instituição, e a apoiarem-se mutuamente no exercício das suas funções de coordenação.

3. As duas coorientadoras devem conferenciar com regularidade relativamente ao progresso dos estudos de doutoramento da doutoranda.
4. No caso de uma das coorientadoras deixar a sua instituição, serão seguidos os procedimentos normais da instituição para encontrar uma coorientadora substituta, com o envolvimento da coorientadora da outra instituição.
5. Se não tiver sido encontrado um/a coorientador/a adequado, o contrato cessa e o/a doutorando/a continua os seus estudos de doutoramento na outra instituição.

DISPOSIÇÃO 10ª

(Parágrafo único / CLÁUSULA 10.ª)

Exigência de Progresso Académico Satisfatório

A permanência em vigor do presente acordo está dependente do progresso académico satisfatório da doutoranda, aferido por um relatório anual a entregar na instituição de origem.

DISPOSIÇÃO 11ª

(TÍTULO 3.º, Art.º 6.º /CLÁUSULA 11.ª)

Aceitação da Tese de Doutoramento

1. Após a entrega da tese, nos 60 dias subsequentes à nomeação, o júri profere um despacho no qual declara que aceita a tese ou, em alternativa, recomenda, fundamentadamente, à doutoranda, a sua reformulação.
2. Havendo aceitação da tese, o júri designa até dois arguentes principais para a discussão da tese, que não sejam orientadores, devendo pelo menos um deles ser externo à UC e à UFES.
3. No âmbito da prova pública de defesa da tese podem intervir todos os restantes membros do júri.

4. Caso seja recomendada a reformulação da tese, a doutoranda dispõe de 120 dias úteis, prazo improrrogável, para a efetuar ou declarar que pretende manter a tese que apresentou.
5. Se optar pela reformulação, a doutoranda deve submeter uma versão reformulada da tese no sistema de informação da UC.
6. Esgotado o prazo referido no número 4 sem que a doutoranda tenha apresentado a tese reformulada e não tiver declarado que a pretende manter como a apresentou, é finalizada a matrícula e inscrição da doutoranda no respetivo ciclo de estudos conducente ao grau de doutor, não podendo a mesma voltar a apresentar-se a prova pública de defesa da tese sem candidatura, admissão e frequência do ciclo de estudos referido.
7. Atendendo ao estatuído no número anterior, o acordo de cotutela cessa.
8. Caso a doutoranda apresente, no prazo referido no número 4, uma declaração no sentido de manter a tese sem qualquer tipo de reformulação, prossegue-se para a realização da prova pública de defesa da tese.

DISPOSIÇÃO 12ª

(TÍTULO 4.º, ARTº 1.º /CLÁUSULA 1.ª)

Prova Pública de Defesa da Tese

1. A tese produzida dentro do presente acordo será redigida em língua portuguesa, com um resumo em inglês, defendida numa prova pública única realizada em português-
2. A candidata defenderá sua tese na Universidade de Coimbra, dentro dos prazos estabelecidos neste acordo. Na prova pública de defesa da tese é obrigatória a presença física da doutoranda e do/a Presidente, podendo este autorizar a participação de vogais por sistema telemático, desde que existam condições técnicas para a sua plena participação nos trabalhos.

DISPOSIÇÃO 13ª
(TÍTULO 4.º, ARTº 2.º /CLÁUSULA 2.ª)

Avaliação da Tese de Doutoramento

1. As instituições acordam desde já que a fórmula para determinação da qualificação final é a seguinte:
 - Universidade de Coimbra: Recusado; Aprovado; Aprovado com Distinção e provado com Distinção e Louvor.
 - Universidade Federal do Espírito Santo: Reprovada; Aprovada; Aprovada com Distinção; e Aprovada com Distinção, Recomendando-se a Publicação.
2. A qualificação final é atribuída pelo júri de doutoramento tendo em consideração o mérito da tese apreciado no ato público de defesa, bem como, quando exista, a nota final da componente letiva associada ao programa doutoral.
3. O júri, na prova pública de defesa da tese deverá garantir a correspondência entre as escalas referidas no n.º 1 fixando essa correspondência em ata.
4. A nomeação, composição e funcionamento do júri que avalia a tese da doutoranda no respetivo ato público de defesa seguirá a tramitação legal em vigor na Universidade de Coimbra, devendo na composição do júri ser garantida a equidade na representação das instituições outorgantes.

DISPOSIÇÃO 14ª
(TÍTULO 4.º, ARTº 3.º /CLÁUSULA 3.ª)

Depósito da Tese

A doutoranda deverá entregar, a cada instituição, 2 exemplares da tese e seu respetivo resumo na sua versão final.

DISPOSIÇÃO 15ª

(TÍTULO 4.º, ARTº 4.º /CLÁUSULA 3.ª)

Entrega dos Diplomas/ Atribuição do Grau de Doutor

1. Depois da aprovação no ato público de defesa da tese, tanto a Universidade de Coimbra como a Universidade Federal do Espírito Santo atribuem à candidata o grau de Doutora.
2. Pela Universidade Federal do Espírito Santo, pelo Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, curso: Doutorado em História. Grau: Doutora em História e pela Universidade de Coimbra o grau de Doutora em História.
3. O texto do diploma, a emitir separadamente por cada uma das instituições, deve especificar que se trata de um diploma de doutoramento em regime de Cotutela entre duas instituições.
4. 4.A instituição onde é defendida a tese envia à instituição parceira a ata da defesa da prova e a versão em formato digital da tese.

DISPOSIÇÃO 16ª

(TÍTULO 5.º)

Questões Financeiras

1. Os gastos com deslocação, propinas e moradia da doutoranda serão de inteira responsabilidade da mesma.
2. A Universidade de Coimbra não assumirá quaisquer despesas com a deslocação dos membros do júri para a prova de doutoramento.
3. Nenhum apoio financeiro está previsto para o desenrolar da pesquisa.

DISPOSIÇÃO 17^a
(TÍTULO 6.º, Art.º 1.º/ CLÁUSULA 1.ª)

Direitos de Propriedade Intelectual

1. Os direitos de propriedade intelectual relacionados com os resultados obtidos durante o programa doutoral conjunto serão protegidos em conformidade com as leis vigentes em cada instituição.
2. Os resultados obtidos no âmbito da investigação desenvolvida não permitem o registo de patente ou exploração comercial por parte de uma instituição sem o consentimento da outra, o qual deve ser requerido por escrito, devendo a instituição pronunciar-se num prazo de 30 dias úteis.
3. Na falta de resposta tempestiva, considera-se tacitamente deferida a autorização de registo de patente ou exploração comercial em nome próprio.
4. Preferencialmente, as patentes devem ser registadas em conjunto.

DISPOSIÇÃO 18^a
(TÍTULO 6.º, Art.º 2.º/ CLÁUSULA 12.ª)

Regras de Afiliação

Em todas as publicações, comunicações científicas e demais modalidades de divulgação da produção de conhecimento, a doutoranda deve obrigatoriamente apresentar afiliação dupla de acordo com as normas em vigor em cada uma das instituições envolvidas.

DISPOSIÇÃO 19^a
(TÍTULO 7.º, ARTº 1.º/CLÁUSULA 1.ª)

Entrada em vigor e Denúncia

1. O presente acordo entra em vigor após a aposição da assinatura dos/as representantes legais das duas instituições parceiras e das respetivas coorientadoras, bem como da

doutoranda, e vigora até ao final do prazo estabelecido na cláusula 3.^a

2. Qualquer alteração ou adaptação ao presente acordo está sujeita à forma escrita, carecendo de acordo prévio entre ambas as instituições, constituindo aditamento ao presente acordo e dele fazendo parte integrante.
3. Sem prejuízo dos trabalhos que se encontrem em curso, o presente acordo pode ser denunciado:
 - a) Por mútuo consentimento das partes envolvidas;
 - b) Pela própria doutoranda, dando por escrito um resumo das razões para a sua decisão;
 - c) Por qualquer uma das instituições, se não tiver sido encontrado um/a coorientador/a substituto/a adequado/a(cf. n.º 5 da DISPOSIÇÃO 9^a, TÍTULO 3.º, Art.º 5/ CLÁUSULA 9^a),
 - d) Por qualquer uma das instituições, caso a doutoranda viole de forma grave e contínua as normas da instituição;
 - e) Por qualquer uma das instituições, se a doutoranda não tiver um progresso académico satisfatório e tiverem falhado os procedimentos habituais da instituição para lidar com tal contingência;
 - f) No caso referido no n.º 7 da Disposição 11.^a, Título 3.º, Art.º 6.º/Cláusula 11.
4. Antes da denúncia definitiva do acordo, e no respeito pelo princípio da boa-fé, deve haver consulta entre todas as partes envolvidas.
5. Se o acordo for denunciado, o remanescente não utilizado de qualquer ajuda financeira obtida, deverá ser devolvida à entidade que a atribuiu.
6. Neste acordo, as partes se comprometem a respeitar a identidade visual de ambas as instituições envolvidas.
7. Se houver litígios, serão julgados pelas autoridades competentes do respetivo país em que aconteceu o facto.

DISPOSIÇÃO 20.^a

Casos Omissos

Os casos omissos são resolvidos por mútuo acordo e no respeito pelo princípio da boa-fé pelos órgãos competentes das duas instituições parceiras, tendo em conta o enquadramento legal em vigor.

O presente acordo é reproduzido em número igual ao dos intervenientes nas assinaturas.

Pela Universidade Federal do Espírito Santo:

Prof. Dr. Paulo Sérgio de Paula Vargas
Reitor da Universidade Federal do Espírito
Santo

Dr. Belchior Monteiro Lima Neto
Coordenador do Programa

Patrícia Maria da Silva Merlo
Orientadora

Anny Barcelos Mazioli
A Doutoranda

Vitória,

Pela Universidade de Coimbra:

Prof.^a Doutora Cristina Albuquerque
Vice-Reitora da Universidade de Coimbra

Maria Antónia da Silva Figueiredo Lopes
Diretora do Doutoramento em História

Maria Antónia da Silva Figueiredo Lopes
Orientadora

Coimbra,

APÊNDICES

APÊNDICE I

Plano de trabalho

Primeiro semestre: Cumprimento de créditos de disciplinas, produção de capítulo de livro, elaboração do plano de tese e esboço do primeiro capítulo da tese, pesquisa em arquivos do Rio de Janeiro sobre vestígios da doença de Dona Maria entre 1808 e 1816.

Segundo Semestre: Cursar disciplinas sobre Modernidade portuguesa, pesquisa em arquivo da Torre do Tombo e da Biblioteca Nacional da Ajuda em busca de documentação não digitalizada; conclusão do primeiro capítulo da Tese e produção de artigo sobre emoções femininas.

Terceiro semestre: Universidade de Coimbra - cursar disciplinas sobre a Modernidade portuguesa, Pesquisa em arquivos portugueses (além da Torre do Tombo e da Biblioteca Nacional da Ajuda) em busca de documentação ainda não digitalizada. Digitalização de documentação. Descrição das fontes. Elaboração do segundo capítulo da tese.

Quarto Semestre: Análise inicial do conjunto da documentação descrita e sua relação com o contexto histórico português estudado nas disciplinas cursadas em Coimbra, avaliação do corpus documental e sua suficiência para o prosseguimento da pesquisa. Pesquisa em arquivos portugueses de documentação complementar. Conclusão do segundo capítulo da tese.

Quinto semestre: Revisão dos capítulos já escritos e preparação do relatório da qualificação. Elaboração do terceiro capítulo da tese. Exame de qualificação.

Sexto semestre: Conclusão do terceiro capítulo, início da Elaboração do quarto capítulo da tese.

Sétimo Semestre: conclusão do quarto capítulo, escrita da conclusão.

Oitavo Semestre: Revisão do texto, correção pelas orientadoras, ajustes finais, entrega da tese, preparação da defesa.

ANNY BARCELOS MAZIOLI

A melancolia feminina setecentista: Dona Maria I e o limiar entre as emoções e a doença (1727- 1816)

Projeto de pesquisa aprovado pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo e apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, cumprindo o disposto na alínea e) do Art.º 83º do Regulamento Académico da Universidade de Coimbra de 21 de setembro de 2020, segundo a qual o acordo de cotutela deve incluir “Breve descrição do programa de trabalho”.

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: *A melancolia feminina* setecentista: Dona Maria I e o limiar entre as emoções e a doença (1727- 1816)

Início do projeto no Brasil: Março de 2022 [correspondente ao 2º semestre do ano letivo de 2021-22 na UC]

Duração Prevista: 48 meses na UFES/ 4 anos letivos na UC

Linha de Pesquisa na UFES: Sociedade e movimentos políticos/**Área científica na UC:** História, especialidade em História Moderna

RESUMO

Pretendemos analisar os discursos médicos e religiosos acerca da melancolia feminina produzidos no século XVIII. A partir de tais fontes buscaremos compreender como os discursos que versavam sobre a *melancolia* e sobre o *feminino* nesse período entendiam o corpo e as *emoções femininas*, influenciando o lugar social da mulher. Nesse cenário, propomos um estudo de caso sobre *Dona Maria I*, rainha de Portugal entre 1777 e 1816, buscando compreender a sintomatologia da monarca a partir de parâmetros coevos. Observamos que a produção científica recente acerca da *Melancolia* que acometeu a regente parte de pressupostos da atualidade para levantar hipóteses acerca do seu diagnóstico.

Nesse projeto objetivamos responder à hipótese da *melancolia histérica*, proposta por estudos anteriores, historicizando-a a partir de fontes do próprio século XVIII. Para tanto, buscaremos identificar indícios sobre o temperamento melancólico da rainha, especialmente no período anterior ao seu adoecimento, por meio da análise de documentação de índole privada e diplomática. Indo além do episódio que cerca o afastamento do trono, tencionamos também perscrutar tempos anteriores e acompanhar a evolução dos sintomas melancólicos de Dona Maria I, após a vinda da família real portuguesa para o Brasil, em 1808, até sua morte em 1816.

Palavras-chave: Antigo Regime; Emoções; Melancolia histórica; Mulheres; Dona Maria I.

PROBLEMÁTICA

Ao iniciar um trabalho que tem a melancolia feminina como tema principal, é preciso questionar o que é essa melancolia e como ela vem se revelando na história da humanidade. Essa definição torna-se desafiadora, pois conceitos como melancolia, tristeza, loucura e depressão se confundem ao longo da história.

Na atualidade, estamos testemunhando inúmeros casos de depressão. É verdade que a depressão possui certa simetria para com a melancolia de outras temporalidades, mas esta está longe de reduzir-se àquela (HERSANT, 2020, n.p.). Segundo o Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais (DSM-5), a depressão atual pode significar

[...] respostas a uma perda significativa (p. ex., luto, ruína financeira, perdas por um desastre natural, uma doença médica grave ou incapacidade) podem incluir os sentimentos de tristeza intensos, ruminação acerca da perda, insônia, falta de apetite e perda de peso [...], que podem se assemelhar a um episódio depressivo. Embora tais sintomas devam ser entendidos ou considerados apropriados à perda, a presença de um episódio depressivo maior, além da resposta normal a uma perda significativa, também deve ser cuidadosamente considerada.

Doença, loucura, melancolia e depressão são palavras cujos significados e percepções são historicamente construídos, mutáveis, pois refletem e evidenciam uma vasta gama de “formas de pensar” ao longo da história e nos possibilitam perscrutar a mente em diferentes ciclos da odisséia humana. Todas as culturas forjam elucidações para orientar seu modo de entender e perceber o mundo. Essas explicações podem ser de caráter “mitológico, cosmogônico, universal ou religioso, a produção do que chamamos atualmente de religião ou crença carrega concepções presentes no imaginário sobre o que não entendemos e nos instiga a curiosidade” (CORDÁS, 2017, p. 22).

Sem dúvida, a loucura, a ausência de ponderação e sensatez, sempre foi algo que

despertou interesse humano. O que se torna evidente quando nos deparamos com a quantidade de campos que produzem escritos sobre a temática ao longo dos séculos. Poetas, filósofos, religiosos e médicos, cada qual com o conhecimento que dispunham em sua área e em sua época, buscaram descrevê-la à sua maneira. Para a mitologia grega, por exemplo, o grau mais intenso da melancolia era considerado um castigo dos deuses:

Toda loucura é obra de Zeus, de outros deuses ou de entidades subalternas de diferentes níveis hierárquicos no plano da divindade. A “etiologia” da loucura é mitológica. Mas ao lado dos melindres dos deuses... a presunção humana de escapar da própria moira (ou destino) pode determinar a cólera dos deuses e desencadear todo o processo causal. Mas qual o deus ofendido, que enlouquece diretamente ou pune até enlouquecer? (PESSOTTI, 1994, p. 34)

Esse modelo de pensar a loucura, a fúria e a melancolia como castigos divinos permaneceu vigente até a eflorescência de Hipócrates e dos filósofos sofistas, pois a partir destes as doenças passaram a ser discutidas em termos naturalistas. Hipócrates adotou a perspectiva racional e rompeu com os deuses em relação à medicina, deixando de lado as explicações divinas sobre a doença. O médico “sugere que as doenças são causadas por fatores do ambiente, da dieta, dos hábitos e da desregulação de elementos orgânicos” (CORDÁS, 2017, p. 39-42).

A partir dos estudos de Hipócrates formou-se a primeira definição de Melancolia. Termo advindo do grego Melan (Negro) e Cholis (Bilis), isto é, bile negra, explicada como proveniente do desequilíbrio e da intoxicação do cérebro por um excesso anormal dessa bile. Hipócrates classifica tal intoxicação a partir de um conjunto de sintomas: aversão à comida, falta de ânimo, insônia, irritabilidade e inquietação (CLARA, 2009, p. 03). Para estes pensadores, quando esse desequilíbrio “se instala e uma patologia surge, o mau funcionamento do sistema provoca perturbações somáticas, acompanhadas de desordens emocionais” (HERSANT, 2020).

Dessa forma, percebemos que a teoria humoral se estende às emoções, já que possui valor psicológico e moral. Os humores seriam capazes de agir sobre a sensibilidade, e moldar personalidades individuais. Nesse universo o humor melancólico seria uma compleição física que marcaria um tipo de personalidade

específico.

Assim, de acordo com a teoria humoral, pessoas de compleição melancólica têm um temperamento frio e seco; são associadas ao elemento terra; e apresentam uma personalidade introspectiva e pessimista. Esses fluidos corporais, que formam a “melancolia-humor” e sua personalidade melancólica, ao se desequilibrarem provocam a “melancolia-doença”. Essa doença atinge duramente às emoções, pois “quem por ela for afetado pode mergulhar numa total prostração ou invadido por acessos de furor”. Essa compreensão foi desenvolvida nos escritos de Galeno, que consolidou a teoria humoral e os conhecimentos sobre as compleições físicas e as disfunções cerebrais que levavam ao estado melancólico (ROCCATAGLIA,1986).

No início da Idade Média, os textos de Hipócrates e Galeno se perderam e foi reinstaurado o domínio discursivo religioso. Para Cordás, a medicina medieval “é um retrocesso no processo de desenvolvimento de estudos quando comparado ao da Antiguidade”. Com isso, a melancolia volta a ser tratada a partir do prisma religioso com um misto de medicina e religião “ora utilizando conhecimento hipocrático, ora rezando e benzendo o doente”. Mesmo que a teoria humoral continuasse sendo amplamente aceita, a ênfase era a cura espiritual. Aos conhecimentos construídos racionalmente na Antiguidade misturaram-se os dogmas religiosos e o *habitus* da época que “abandona órgãos e humores e passa a se basear na culpa, no pecado, nas bruxas e em todas as formas que o demônio pudesse assumir” (CORDÁS, 2017, p. 59).

Neste período, uma nova palavra se inseriu no léxico sobre a melancolia: *acídia*. A partir do século IV, a Igreja começou a usar esse termo, que, durante toda a Idade Média, foi utilizado de maneira diversa, com sentido moral ou com sentido médico. Quase indiferenciável, dos conceitos medievais de *tristitia* (tristeza) e *desperatio* (desespero) (ALTSCHULE, 1965, p. 118). Nas palavras de São Tomás de Aquino:

A *acídia* [...] é uma certa tristeza, daí que Gregório por vezes empregue a palavra “tristeza” em lugar de “*acídia*”. [...] Ora, a *acídia* é o tédio ou tristeza em relação aos bens interiores e aos bens do espírito, como diz Agostinho a propósito do Salmo (104, 18) [...] (AQUINO, p. 92-93, 2000)

A *acídia* [...] é “uma tristeza acabrunhante” que produz no espírito do homem tal depressão que este não tem vontade de fazer mais nada; as coisas que são ácidas, também são frias. Por isso a *acídia* implica um certo desgosto pela ação. [...] Portanto, sendo a *acídia*, como aqui se considera, uma tristeza

proveniente de um bem espiritual, é duplamente má: em si mesma e em seus efeitos. É por isso que a acídia é um pecado, pois já se mostrou que o pecado é mau nos movimentos do apetite (AQUINO, p. 482, 2004).

Este termo poderia se referir a três estados distintos: um estado doentio correspondente à melancolia, preguiça e indolência em relação às obrigações religiosas e à falta de devoção e adoração a Deus (CORDÁS, 2017, p. 62). É interessante perceber que na Antiguidade, o sentido da melancolia-doença se aproximava da loucura, já o conceito de acídia medieval se avizinhava do conceito de depressão da atualidade.

No Renascimento, foram feitos questionamentos ao pensamento religioso medieval, e a crença na “doença da alma” advogada pela religião foi substituída por uma revalorização do homem e da natureza humana, com um retorno aos escritos da Antiguidade (CLARA, 2009, p. 04). A Renascença tentou resgatar a melancolia da disputa religiosa entre Deus e satã. Em outras palavras, da ênfase pecaminosa medieval para as concepções racionais da teoria humoral.

Já no período da modernidade, uma das obras mais conhecidas acerca da melancolia é *A anatomia da Melancolia* de Robert Burton. De acordo com a leitura de Cordás, Burton mantém a ambiguidade da melancolia:

É a loucura um problema espiritual ou médico? Lista entre as causas da melancolia, além da idade avançada, o temperamento, a hereditariedade e, até mesmo, afecções de outras partes do corpo, agindo no cérebro. No entanto, ainda herdeiro do homem medieval, inclui também causas sobrenaturais, como Deus, diabo, mágicos, bruxas e questões astrológicas, entre as possibilidades etiológicas. Assim, em atitude hábil, utiliza o princípio da complementaridade: se a causa é dupla, a responsabilidade do tratamento deve ser dividida entre o clérigo e o médico, em um dualismo que, durante muito tempo, ainda estará presente no discurso científico (BURTON apud CORDÁS, 2017, p. 87, grifo nosso).

Posteriormente aos escritos de Burton, já no século XVIII, dois médicos se destacaram nos estudos científicos sobre este tema: William Cullen e Vincenzo Chiarugi. William Cullen foi o primeiro médico a criar o termo *neurose*, agrupando sobre ele

quatro tipos de enfermidade, sendo que o quarto deles condiz com os sintomas da melancolia, da loucura e das vesânicas (PEREIRA, 2010, p. 130). Já Chiarugi impulsionou uma reformulação da abordagem médica e do poder público na gestão das doenças mentais entre o século XVIII e o início do XIX, na Toscana. Tais médicos e seus trabalhos fazem parte do esforço engendrado pelo campo científico, no século XVIII, para trazer as doenças mentais para o domínio das explicações racionais.

Pode dizer-se que a melancolia aparece de diferentes formas, com distintas definições, sintomáticas e tratamentos ao longo do tempo: uns a relacionam à tristeza e ao luto, alguns à doença e à loucura e outros à genialidade. Essa pluralidade de sentidos configura um desafio para o historiador que a elege como objeto de suas pesquisas. Durante toda a história, a melancolia está entre a saúde e a doença, entre o corpo e a mente, entre a razão e a loucura, entre a ciência racional e o domínio religioso. O século XVIII foi marcado pela disputa entre os campos da fé e da razão. Coube ao Iluminismo ser o defensor da razão e, obstinadamente, desafiar o discurso religioso da época para criar novas formas de construir certezas sobre a vida, a morte e a relação existente entre elas.

Como observamos, o discurso religioso explicava a melancolia a partir da ótica do pecado e da influência do diabo na vida humana. Nesse ideário, o nascimento da prática confessional individualizada favoreceu certa dependência do equilíbrio emocional à figura do confessor (PAYER, 2009; 1984). Já o discurso médico, ao assumir a proposta de tentar compreender racionalmente as doenças mentais, como a loucura e a melancolia, sistematizou conhecimentos sobre a natureza humana, despida do aspecto pecaminoso. Sendo assim, no recorte temporal que pesquisamos, duas visões sobre as emoções humanas e sobre a melancolia coexistem.

Em razão das múltiplas visões que cercam a Melancolia, optamos nesse projeto por um recorte temático. Escolhemos nos debruçar sobre um tipo específico de melancolia, a *melancolia histérica*, pois acreditamos que esta nos possibilitará recolher indícios do lugar social da mulher no discurso médico, no campo religioso e na sociedade setecentista.

Tipicamente feminina, a histeria passou a ser amplamente conhecida a partir dos estudos feitos pelos homens *oitocentistas*. Poucos conhecem o fato de existirem escritos *setecentistas* acerca deste tipo de melancolia em particular. É essa lacuna que

tencionamos preencher.

Ao analisar o século XVIII, tomando como objeto a melancolia feminina, torna-se necessário apresentar os dois discursos antagônicos sobre esse mesmo objeto, contextualizando-o nesse debate entre fé e razão. Ressaltamos que existem vários estudos sobre a *melancolia* em aspecto generalista, mas não conseguimos encontrar análises que a associasse predominantemente às emoções femininas. Contudo, pode ser indício dessa associação, o fato do conceito de *histeria* descrever uma suposta condição médica peculiar a mulheres, sendo *histeria* palavra formada a partir de *hystera* que significa útero em grego, esta sim nos parece desde sempre ter sido associada às mulheres. Essa temática foi amplamente discutida especialmente por Jean-Martin Charcot e Sigmund Freud no século XIX. Entretanto, no século XVIII apesar da existência de trabalhos científicos sobre a melancolia histórica, ainda não localizamos uma definição única. A melancolia permanece sendo considerada ora uma doença do corpo, ora um estado da alma. Aliás, essa dicotomia iniciada na Antiguidade sobrevive até os dias de hoje em diferentes discursos.

Tomando como pressuposto o cenário apresentado, elegemos como hipótese inicial ser a melancolia um conceito chave para analisar o debate setecentista entre a razão ilustrada, protagonizada pelos tratados médicos, e a tradição religiosa, que aborda esse objeto sob o prisma da fé e do pecado. Nesse diapasão, empreenderemos esforços para elucidar como ambos entendiam as emoções femininas. Ademais, acreditamos que a despeito da paulatina imposição do discurso médico, a associação entre a melancolia e o temperamento feminino é revelador da maneira como a sociedade setecentista reservava à mulher uma posição de fragilidade em relação ao universo masculino, o que impactava diretamente os papéis atribuídos a cada gênero.

Como forma de melhor compreender o lugar da mulher na sociedade setecentista a partir dos discursos sobre a melancolia, voltaremos nossa pesquisa para um caso emblemático: Dona Maria I de Portugal. Dessa forma, a segunda problemática que norteia esta pesquisa está relacionada com a doença de dona Maria. Interessa-nos refletir como tal quadro se relaciona com a *dominação masculina* (BOURDIEU, 2019), tanto por meio do discurso religioso ao qual a rainha dedicou devoção irrestrita, quanto por meio do discurso médico que resultou no afastamento da monarca.

Presumimos que Dona Maria, por viver em um período em que os discursos

apregoavam que a mulher deveria estar restrita aos espaços privados e não tinha capacidade de liderança, sofreu as inseguranças e desafios emocionais ao se tornar a primeira rainha regente de Portugal. Indicativo disso são as cartas trocadas com sua amiga Teresa de Mello, que buscou encorajar Dona Maria, ainda que por meio de um discurso carregado de religião, com a certeza de Deus a abençoaria com a “razão” (LÁZARO, 2013). Curiosamente, alguns estudos atribuem ao próprio confessor da rainha, que era sobrinho de Teresa de Mello, a responsabilidade pelo agravamento de uma compleição pré-existente à melancolia a ponto de a soberana sofrer intensas crises anos mais tarde (NECHO, 2016).

Aprofundando a questão da doença de dona Maria, interessa-nos avaliar se ela pode ser enquadrada nos termos de uma melancolia histórica à luz dos tratados médicos do período, ponderando o quanto esse quadro pode estar relacionado tanto ao lugar destinado às mulheres na sociedade setecentista quanto às pressões exercidas pelo discurso religioso, representado especialmente pela figura de seu confessor. Além disso, é importante estimar os possíveis danos causados à saúde mental de Dona Maria pelas sucessivas mortes que acometeram pessoas íntimas da rainha em um período muito curto. Tal cenário pode ter despertado ainda mais os temores em torno da salvação ou da danação eterna, fragilizando o emocional que já era atormentado por tais questões antes da própria coroação. Ainda no que tange ao adoecimento e consequente afastamento da monarca, importa problematizar se outros reis que foram acometidos por quadros semelhantes também foram afastados de suas funções ou se houve um uso político da doença de Dona Maria, para restringi-la ao espaço privado.

Assim, lançamos a hipótese, que a análise das fontes irá ou não confirmar, de que a sintomatologia da rainha está relacionada com a *dominação masculina*, potencializada pela religiosidade extremada que caracteriza a personagem. Logo, os traços melancólicos aprofundaram-se com as perdas pessoais, somadas à pressão do discurso religioso personificado em seu confessor, favorecendo o desenvolvimento de um quadro de *melancolia histórica*, conforme o diagnóstico dos médicos da época. Nesse sentido, religião e razão pareceram coincidir. É dentro desse ambiente que se situa o afastamento do trono e o próprio silenciamento sobre os anos seguintes de vida da rainha.

BALANÇO HISTORIOGRÁFICO

A discussão acerca da possibilidade de se fazer uma História das Emoções ou dos sentimentos começou com uma sugestão de Lucien Febvre feita na década de 1930 (1941). Desde então, os trabalhos historiográficos passaram a estudar novos aspectos da sociedade - para além da História política - abordando as emoções de forma tangencial, partindo do foco sobre outros objetos como a morte, o corpo ou a sexualidade. A primeira obra a se debruçar diretamente sobre um objeto emocional foi *Uma história do Medo no ocidente (sécs. XIV-XVIII)*, elaborada por Jean Delumeau e publicada em 1978, dentro da perspectiva da História das Mentalidades. Uma das historiadoras francesas importantes para o campo da História das Emoções é Arlette Farge. Para esta (2011, p. 22, 23) é preciso fazer uma história do sofrimento, da dor, das emoções até mesmo como uma forma de compreender suas raízes e tentar erradicá-los da atualidade. Segundo a autora, esse movimento está inserido na virada crítica que ocorreu entre 1975-1985 com a História das Mentalidades. Porém, entre as influências pioneiras estão as importantes contribuições de Norbert Elias em seus estudos acerca do controle social das emoções em *O processo civilizador* (1939) e em *A Sociedade de Corte* (1969), nos quais analisa como o Antigo Regime desenvolveu um controle dos afetos e a restrição de demonstrações emotivas ao âmbito privado.

Sendo assim, pode considerar-se a História das Mentalidades como a precursora da História das Emoções. Houve um movimento na antropologia que se desenvolveu a partir dos estudos de Clifford Geertz sobre o *self* na década de 1950. Esse movimento é chamado de Antropologia das Emoções² e vem influenciando o campo das pesquisas históricas a partir de então. Esse diálogo historiográfico do campo das mentalidades com os estudos feitos pela antropologia, pela neurobiologia e pela psicologia nas últimas décadas, tornou possível o desenvolvimento da História das Emoções.

Uma das principais historiadoras da atualidade a fazer considerações sobre esse campo é Bárbara Rosenwein. Com poucos textos traduzidos para o português, Rosenwein nos fornece os contornos do campo das emoções. Para a autora, certamente, foram Peter Stearns e sua esposa, psiquiatra e historiadora, Carol Stearns os responsáveis por convocar os historiadores para uma história das emoções, após Febvre e Delumeau. O casal publicou um manifesto em 1985, no qual havia formulado um conceito chave para que as emoções passassem a ser historicizadas: a palavra

“emotionology”. Esse conceito buscava relacionar as emoções com o contexto social de determinada época, pois “emotionology” é

[...] a atitude ou a norma que uma sociedade ou um grupo definido com a sociedade, mantém rumo a emoções básicas e suas expressões apropriadas e os modos que as instituições refletem e encorajam essas atitudes na conduta humana. Essa ênfase, então, não é como as pessoas sentem ou representam seus sentimentos, mas no que as pessoas pensam sobre a importância de chorar em público, ficar com raiva, ou mostrar a ira fisicamente. Isso assume que as pessoas pensam sobre as emoções que elas eventualmente sentirão [...] (ROSENWEIN, 2002, p. 824).

Não é possível falar de emoções e estados psicológicos sem nos referir a publicação de Michel Foucault *História da Loucura*, pois este estudo foi basilar para trazer os aspectos emocionais para o debate historiográfico. A partir destas considerações, foi possível que os historiadores consolidassem o campo da História das Emoções por meio do diálogo com vários outros campos científicos. Simbólico nesse sentido foi o lançamento de uma coletânea em 2020, capitaneada por autores franceses, que aborda as emoções nos diferentes períodos históricos. São mais de 65 artigos e autores que se dedicaram a fazer História a partir do viés das emoções. Essa coletânea mostra o quanto a História das Emoções está em voga na atualidade, constituindo um campo de debates muito profícuo entre os historiadores.

Para este projeto, tomamos como ponto de partida principalmente os estudos de Rosenweine alguns estudos recentes que se dedicam a elucidar a História das Emoções, como os elaborados por Jan Plamper (2015) e Rob Roddice (2019), além da referida coletânea francesa (2020). Partimos do estudo geral das emoções para a abordagem do tratamento destinado a elas especificamente no século XVIII.

O século XVIII já foi abordado sob diversas óticas. A principal delas é a história política que se pauta no Antigo Regime e nas disputas deste contra os ideais iluministas. Por exemplo, o recorte político feito da Enciclopédia de Diderot e D’Alambert por Maria das Graças Souza (2006), além dos trabalhos fundamentais na historiografia luso-brasileira de Antônio Manuel Hespanha (2012), Marcos Antônio Lopes (2012) e Nuno Monteiro (2003). Hespanha faz parte de um movimento que renova a história política

abordando o poder a partir de perspectivas culturais (CONSENTINO, 2013).

A própria História cultural também se esforçou para compreender as mudanças que ocorreram neste século - e ocasionaram novas formas de viver e pensar ao final dele - a partir de seus parâmetros. Um trabalho, que se destaca por compreender essas mudanças que aconteceram na cultura, foi feito por Lynn Hunt (2009), no qual a autora buscou elucidar como os romances epistolares setecentistas favoreceram a emergência da empatia, forjando uma nova forma de ser e estar inserido na sociedade.

Os trabalhos mais recentes que abordam as Emoções na Idade Moderna e no século XVIII estão contidos na coletânea organizada por Corbin, Courtine e Vigarello (2020), obra que possui imenso valor para a elaboração dessa pesquisa. Outro trabalho importante sobre o histórico do léxico sobre as Emoções a partir do século XVIII é a coletânea organizada pela historiadora alemã Ute Frevert *Emotional lexicons* (2014), pois aborda palavras que manifestam emoções, desde o ano 1700 até a atualidade. Além destes autores, a já citada Arlette Farge é reconhecida como uma historiadora do sofrimento no século XVIII.

Ao efetuarmos pesquisas acerca de produções brasileiras sobre as emoções setecentistas, encontramos um artigo de autoria de Daniel Pereira Andrade (2016). Este artigo aborda a moralidade presente nos discursos acerca das emoções nesse recorte temporal.

Para compreender o universo emocional é preciso compreender de antemão o contexto histórico do século XVIII. Sendo assim, elencamos alguns trabalhos que elucidam o contexto histórico europeu e o entorno português no recorte sobre o qual escolhemos nos aprofundar. Neste cenário, interessa-nos a disputa entre campos discursivos da época, por isso julgamos necessária a leitura de livros que abordem esse conflito de ideias existente entre a religiosidade e o Iluminismo. Assim tornaram-se indispensáveis para nossa análise livros como *A crise da consciência europeia* de Paul Hazard (1961) e *O pensamento político no século XVIII* de José Esteves Pereira (2005).

Fizemos uma busca de artigos publicados por pesquisadores vinculados à Universidade Federal do Espírito Santo sobre esse momento histórico e nos deparamos com algumas contribuições importantes de Patrícia Merlo e Josemar Machado no livro *A época moderna e a construção da dicotomia entre o público e o privado* (MACHADO; MERLO, 2017). Encontramos também algumas dissertações de

mestrado, defendidas no Programa de Pós Graduação em História, que contribuem para o estudo do século XVIII em amplo aspecto. Destacamos os trabalhos produzidos pelo grupo de pesquisa Modernidade Ibérica. Entre as dissertações defendidas, podemos citar como autores relevantes para essa pesquisa: Jansen Gusmão Salles que abordou o período pombalino a partir da educação e do advento do discurso científico (2016); Julio Cesar da Costa Silva (2016), que trouxe contribuições sobre a trajetória do Marquês de Pombal e as mudanças introduzidas em Portugal a partir de 1750; e Juliano Gomes (2019), que apresentou a trajetória do escultor régio Joaquim Machado de Castro, tangenciando os acontecimentos do referido século. Em setembro de 2022, iniciaremos a pesquisa de bibliografia produzida nas universidades portuguesas.

Acerca da História da Medicina, dispomos de um trabalho recente intitulado *À sombra do plátano: crônicas de história da medicina*, escrito por J. M. Rezende (2016). Com relação à medicina portuguesa no século XVIII há, mais uma vez, um artigo recente produzido na Universidade Federal do Espírito Santo sobre o assunto, intitulado *Os estudos médicos e o (des) conhecimento sobre o corpo no setecentos português* (2015) de autoria da professora Patrícia Merlo. Além, de uma dissertação de mestrado defendida recentemente no PPGHIS- UFES que também apresenta importantes contribuições, pois utiliza o *Âncora Medicinal* (1731) como documento principal ao analisar a relação entre a alimentação e a saúde (AMORIM, 2020). Os trechos sobre a relação entre as paixões e a saúde desse mesmo documento serão utilizados por nós no afã de compreender a ligação entre o discurso médico e as emoções setecentistas. Outro trabalho importante produzido no Brasil sobre a Medicina do século XVIII é a tese de doutorado de Jean Luiz Neves Abreu, intitulada *O corpo, a doença e a saúde: o saber médico luso-brasileiro no século XVIII* (2006).

Após abordar os conhecimentos acerca da situação da medicina da época, podemos partir para a doença específica que tencionamos retratar: a melancolia. A tese de Abreu (2006) citada acima apresenta contribuições sobre os discursos setecentistas acerca da Melancolia. Já ao pesquisar sobre a documentação existente acerca desta doença, foram encontrados seis tratados médicos publicados no século XVIII na Europa. Todos escritos em Latim. Dois deles parecem relacionar as mulheres à melancolia: *Melancholia Hysterica* (1727) e *Melancholia ex útero* (1705)¹. Encontramos no *Âncora*

¹ Não nos propomos a análise da obra *Melancholia ex utero*, pois esta obra está fora do recorte temporal

Medicinal (1731), livro produzido em Portugal, um trecho sobre o efeito das paixões na saúde das pessoas. Entretanto, não foi encontrado nenhum trabalho específico sobre a Melancolia que tenha sido publicado em Portugal nesse século, mas a estada nesse país permitirá novas buscas.

Há muitos documentos acerca da melancolia histórica a partir principalmente do século XIX, em especial com o surgimento da psicanálise. É após este momento que muitos trabalhos passaram a estudar a tendência das mulheres à melancolia e à histeria. Pode-se dizer que muitos destes trabalhos partem dos pressupostos da medicina, da filosofia e da literatura. Na historiografia foram encontrados trabalhos que partem do pressuposto da história da medicina, da história das doenças e da história do corpo. Mas a melancolia “excede o domínio médico no qual ela nasceu” (HERSANT, 2020).

O primeiro trabalho, encontrado por nós, que aborda a melancolia a partir do viés das emoções, faz parte da coletânea francesa, publicada em 2020. Um artigo escrito por Yves Hersant que aborda o desenvolvimento dos estudos sobre a melancolia, passando pela teoria humoral da Antiguidade trazida para a modernidade por intermédio dos árabes, bem como as crenças nos humores e como seu desequilíbrio estaria ligado às emoções e aos comportamentos dos indivíduos.

Já especificamente sobre a historiografia acerca do comportamento das mulheres, há um artigo intitulado *Viagem pelo imaginário do interior feminino* (1999), no qual Mary Del Priore analisa as emoções femininas no século XVIII. Já sobre a vida de dona Maria I, existem algumas produções acadêmicas. Mesmo que este seja um tema pouco estudado no Brasil, em Portugal são mais comuns estudos que versam sobre a monarca e sua vida; seu adocimento; a relação que tinha com seus súditos; tal como a memória coletiva sobre ela; entre muitas outras temáticas concernentes à monarca.

No Brasil, dispomos de uma dissertação de mestrado defendida por Ana Lúcia Abenassif que inaugurou os trabalhos acadêmicos sobre Dona Maria I no país. De caráter biográfico, o texto de Abenassif (2018) remonta a história de vida da monarca mostrando os principais acontecimentos em sua vida, contextualizando os momentos históricos em que a primeira rainha de Portugal viveu.

Antes da referida dissertação de mestrado descobrimos um artigo do historiador

pré-estabelecido para este trabalho, além disso a obra parece se tratar de um caso específico de melancolia que acomete as puérperas após o parto.

Bruno da Silva Antunes de Cerqueira (2014), publicado na revista Cadernos ASLEGIS, que faz um pequeno resumo sobre os principais aspectos da vida da primeira chefe de estado brasileira. Ainda entre as produções brasileiras, nos deparamos com a biografia comercial escrita por Mary del Priore intitulada *D. Maria I: As perdas e as glórias da rainha que entrou para a história como 'a louca'* (2019) que também narra os acontecimentos da vida da personagem.

Já na cena portuguesa essa lista cresce. Alice Lázaro, Ana Catarina Necho, Luísa Paiva Bóleo, Maria do Céu de Brito Borrecho, Isabel Ferreira da Mota, todas essas mulheres estudaram a figura de Dona Maria em variados aspectos. Entretanto, a única que se esforçou por compreender a doença de Dona Maria e seus traços de melancolia a fundo foi Ana Catarina Necho (2016). Necho afirma, em sua dissertação, que Dona Maria já manifestava traços melancólicos antes mesmo de adoecer e que a doença que a acometeu foi a *Melancolia histérica*. Nosso trabalho se propõe a aprofundar as questões tangenciadas por Necho, historicizando os discursos contemporâneos à vida da rainha sobre essa doença e a relação de sua enfermidade com o contexto científico e religioso da época.

JUSTIFICATIVA

Tem sido algo desafiador trabalhar com a História Moderna de Portugal, visto que até então havíamos abordado a Península Ibérica Medieval em nossas pesquisas e estamos adentrando um campo novo para o doutorado. O historiador António Manuel Hespanha (2003) alerta para uma dificuldade ao se propor estudar a Modernidade, não advinda de uma carência de documentação, mas sim devido a ingênua ideia de “muito se saber” sobre tal recorte. Dessa forma, no item anterior discorreremos sobre os vários trabalhos existentes acerca da temática sobre a qual nos debruçamos, mostrando que existem estudos tanto acerca da melancolia quanto sobre Dona Maria I.

É flagrante que o tema não é uma novidade, entretanto, a presente proposta justifica-se por apresentar uma nova forma de problematizar os discursos médico e religioso sobre a melancolia feminina, procurando historicizar esse objeto no contexto *setecentista* de embate entre esses dois campos. Essa nova forma de problematizar a melancolia e o adoecimento de Dona Maria está relacionada com o campo historiográfico da História das Emoções que se mostra uma vertente em crescimento e

traz um novo prisma de análise para os objetos aqui relacionados. Assim, cabe dizer também que do ponto de vista da abordagem metodológica, das questões levantadas, da variedade de fontes e do aporte conceitual apresentado por esse projeto de tese, procuramos seguir um percurso diverso daquilo que até agora tem sido apresentado sobre a doença que acometeu Dona Maria I.

Como referido no balanço historiográfico, a melancolia já foi utilizada como fio condutor de análise da vida de Dona Maria I, por Ana Catarina Necho em sua dissertação de mestrado (2016). Contudo, a autora dialogou com profissionais de saúde extemporâneos à vida da monarca sobre a sintomatologia de Dona Maria I para tentar diagnosticar quais males foram os responsáveis pela sua moléstia. A nós, diferentemente, interessa conhecer como o discurso médico *setecentista* sobre a manifestada doença definiu seu tratamento e quais as compreensões que acerca desta estavam em voga naquele período. Outro aspecto diferencial está na busca por compreender o lugar social das mulheres e das emoções femininas setecentistas a partir dos discursos médico e religioso e como estes se relacionam ao adoecimento da personagem.

Ademais, os trabalhos consultados costumam encerrar suas análises com o afastamento da rainha em 1799 e, portanto, não apresentam os vestígios dos sintomas de melancolia de Dona Maria vividos no Brasil (após a vinda da Família real portuguesa para o país até a sua morte em 1816). Por isso, nossa pesquisa pretende englobar esse recorte temporal do estado mental de Dona Maria carente de melhor elucidação. Sendo assim, nos propomos a preencher essa lacuna ao fazer uma pesquisa de campo no Arquivo Imperial, na Biblioteca Imperial, no Arquivo Histórico Nacional brasileiro e na Fundação Biblioteca Nacional brasileira para averiguar quais são os documentos existentes no Brasil acerca desse tópico. Também corrobora a importância do presente projeto a proposta de traduzir do latim a obra *Dissertatio Inauguralis Medica de Melancholia Hysterica* (CLEMENS; DEPRÉ, 1727).

Neste sentido, cientes de que mapear e reconstituir este universo social depende de uma atenta análise e reavaliação da literatura da época, é importante que se deixe expressa a viabilidade de executar esta pesquisa. A partir de um levantamento preliminar, pudemos constatar que parte expressiva do corpus documental se encontra disponível para acesso público nos sites: Archive.org; Biblioteca Nacional de Portugal;

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil; Hemeroteca da Biblioteca de Lisboa. Mas muita outra documentação exige a presença tanto no Rio de Janeiro como em Lisboa.

Além disso, contamos com um importante acervo de apoio da Biblioteca da Universidade Federal do Espírito Santo, e como aluna da Universidade de Coimbra, da sua Biblioteca Geral (a segunda maior do país) e de publicações disponíveis em repositórios de universidades online (teses, dissertações, artigos etc.), além de livros físicos já adquiridos. Sendo assim, entendemos que este potente corpus documental, ora em mãos, legitima a exequibilidade deste trabalho sem que haja prejuízos futuros aos resultados que pretendemos alcançar.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Analisar os discursos a respeito da melancolia no *Setecentos* e as manifestações de melancolia de Dona Maria I, por meio de documentação de natureza privada, diplomática e memorial, com vistas a compreender os embates entre a religião e as concepções científicas, no que se refere às emoções femininas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar as elocuções *setecentistas* acerca da melancolia, nos âmbitos médico e religioso, com enfoque no lugar da mulher e das emoções nesses discursos.
- Identificar o papel da extrema religiosidade *setecentista* sobre as emoções femininas e no desenvolvimento de doenças como a melancolia.
- Esquadrinhar a melancolia histórica no discurso médico e sua relação com o lugar da mulher na sociedade europeia do século XVIII.
- Relacionar o caráter melancólico de Dona Maria I com o discurso existente sobre a melancolia feminina do século XVIII, respondendo às hipóteses elencadas nesse projeto.
- Reconstituir informações existentes sobre o estado da doença de Dona Maria I,

no período que a monarca residiu em Portugal.

- Reconstituir informações existentes sobre o estado da doença de Dona Maria I, no período em que a monarca residiu no Brasil.

REFERENCIAL TEÓRICO

Ao propor um trabalho de pesquisa histórica nos deparamos com a necessidade de interpretar as sociedades de um determinado recorte de tempo e espaço. Essa interpretação não é algo rígido ou engessado, é uma tarefa infinita e aberta a novas formas de analisar fenômenos e é somente por meio dela que é possível “dar sentido, produzir conhecimento e ‘dar um eixo’ ao curso das coisas” (FARGE, 2011, p. 27). Se faz necessário então definir a partir de quais teorias interpretaremos o objeto de estudo deste projeto.

Os séculos XVII e XVIII foram palco de uma crescente produção escrita acerca das paixões. De acordo com Foucault (2004, p. 92), a vida emocional passou a ser um objeto privilegiado e estava ligada aos processos de unificação política dos Estados Nacionais bem como à uma desagregação religiosa. As paixões estavam entre estratégias de controle pastorais e políticas, assim o governo se referia não só à governação do Estado, como também ao governo do próprio monarca, e de outros indivíduos que faziam parte da sociedade (ANDRADE, 2016, p. 233). O controle das paixões então passou a ser uma preocupação social da época e aparecia nos tratados muitas vezes como “moralidade”.

Na atualidade fala-se de História das *Emoções*, mas esse termo não era utilizado até sua emergência no século XIX. Para fazer uma História das Emoções, precisamos conceituar o que procuraremos na documentação setecentista. A partir dos estudos antropológicos sobre esse conceito, podemos definir as *emoções* como:

[...] pensamentos de alguma forma “sentidos” em rubores, “movimentos” dos nossos fígados, mentes, corações, estômagos, pele. São pensamentos incorporados, pensamentos infiltrados pela percepção de que “estou envolvido”. Pensamento/afeto revelam assim a diferença entre a mera escuta do choro de uma criança e uma escuta sentida – como quando percebemos que existe perigo ou que a criança

é a nossa filha. (ROSALDO, 1984, p. 143, tradução nossa).

As emoções significam que estamos pessoalmente implicados naquela situação. Por isso, as emoções podem ser percebidas como sociais já que as sociedades vão apregoar normas do que pode nos afetar, indignar e emocionar ao longo do tempo. Neste trabalho, partimos das emoções em caráter generalista para o enfoque no sofrimento e na tristeza que podem levar ao desenvolvimento da melancolia:

A dor, sensação física e emocional – que não se pode separar da mágoa -, é uma forma de relação com o mundo. Nisso ela entra na paisagem cultural, política, afetiva e intelectual de uma sociedade. [...] A dor não é uma invariante, uma consequência inevitável de situações dadas; é um modo de ser no mundo que varia segundo os tempos e as circunstâncias. [...] *Uma sociedade particular num dado tempo de sua história tem de fato um poder enorme sobre a expressão de sofrimento dos seus* (FARGE, 2011, p. 19, grifo nosso).

Sendo assim, o estudo das emoções se debruça sobre aquilo que importa aos indivíduos de determinada época, que causa algo como um pesar sentimental, haja vista que “a emoção não é uma tela, mas uma ferramenta, uma forma de inteligência aguda que se confronta ao conjunto das realidades humanas” (FARGE, 2011, p. 94). Ao analisar esse recorte temporal (século XVIII) a partir do léxico atual podemos dizer que os campos discursivos da época criavam dispositivos de poder emocional, que propunham regras e ensinavam o que se devia sentir, quando e como as pessoas poderiam sentir ou manifestar seus sentimentos.

Norbert Elias (1994, p. 49) chama esse poder emocional de *economia dos afetos* ao apresentar o processo de formação do Estado moderno e introduz esse conceito. Para o autor, a formação da sociedade moderna compreendeu uma série de procedimentos que disciplinou tanto as emoções quanto os corpos, havendo um processo de racionalização desde fins do medievo até o final do Antigo Regime. A *economia dos afetos* estabelece como as *emoções* gradualmente foram passando para o foro da intimidade e da subjetividade individualizada.

Como já abordado anteriormente, o estudo do *setecentos* deve se pautar no contexto de disputa discursiva entre campos de influência exercidos pela ciência e pela religião. Ao mesmo tempo em que a sociedade portuguesa desse período era

extremamente católica, reforçando o discurso religioso, o século XVIII traz a razão e o empirismo como novas formas de refletir sobre a realidade. Por isso, para elaborar um pensamento coerente acerca dessa disputa de espaços discursivos é preciso utilizar alguns conceitos. Um dos primeiros conceitos que se torna essencial para essa análise é o conceito de campo de Bourdieu:

O social é constituído por campos, microcosmos ou espaços de relações objetivas, que possuem uma lógica própria, não reproduzida e irredutível à lógica que rege outros campos. O campo é tanto um "campo de forças", uma estrutura que constringe os agentes nele envolvidos, quanto um "campo de lutas", em que os agentes atuam conforme suas posições relativas no campo de forças, conservando ou transformando a sua estrutura (BOURDIEU, 1996, p. 50)

A partir do excerto de Bourdieu, podemos dizer que o campo é um espaço de práticas específicas, relativamente autônomo, que define um universo de problemas, de referências e marcas intelectuais. Assim, neste projeto pode-se dizer que vamos trabalhar com dois campos: o campo intelectual, do discurso médico protagonizando a ciência, e o campo religioso. Os diferentes campos são formados por discursos. Por isso, é preciso trabalhar esse conceito como um conceito complementar ao de campo. Para tanto, adotaremos o conceito de discurso de Foucault:

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 2012, p. 8-9).

O discurso pode ser conceituado como uma rede de enunciações que se conecta a outras em um sistema que registra formas de pensar, agir e se expressar bem como as reproduz, estabelecendo valores de uma determinada sociedade, e contribuindo para sua perpetuação. O discurso, portanto, constitui um importante instrumento de organização social que pretende estruturar o imaginário de uma época.

Na cena setecentista de disputa discursiva entre os dois campos citados acima pretendemos interpretar o lugar dado às emoções e às mulheres por essas duas linhas de pensamento, haja vista que o objeto central deste trabalho é a melancolia feminina.

Sabemos que, desde o medievo, o discurso religioso pregava o controle do corpo, o apego à ideia de salvação da alma, e uma certa dependência do equilíbrio emocional à figura do confessor que contrabalanceava o sentimento de culpa e contrição imposto pelo mesmo campo. Para Bourdieu (2007, p. 28), a religião é um conjunto de práticas e representações que se revestem de caráter sagrado, é um sistema simbólico que estrutura a sociedade e muitas vezes permeia as emoções dos sujeitos de um determinado tempo histórico, como Dona Maria

I. Nesse caso, uma concepção foucaultiana específica se faz interessante: o poder do clérigo, também conhecido como pastorado (2006, p. 64).

Esse conceito se relaciona a uma categoria de indivíduos que desempenham o papel de condutores em relação a outros, que se apresentam como suas ovelhas ou seu rebanho. Sendo assim, podemos analisar algumas relações de Dona Maria I ao poder pastoral. Mesmo que Foucault diga que esse poder é exercido pelo clérigo, analisaremos como Teresa de Melo pode ter exercido algum poder de condutora das emoções de Dona Maria, bem como seu sobrinho no tempo que este foi confessor da rainha. Nas palavras de Foucault (2006, p. 65),

[...] o poder pastoral é um poder individualista [...]. O bom condutor, o bom pastor é capaz de cuidar dos indivíduos em particular, dos indivíduos tomados um a um [...]. É evidente que o pastor deve garantir a salvação do rebanho, porém deve garantir a salvação de todos os indivíduos. O poder do pastor consiste precisamente na sua autoridade para obrigar as pessoas a fazerem tudo o que for preciso para a sua salvação: salvação obrigatória.

O imaginário social do recorte temporal aqui estabelecido era extremamente influenciado pela ideia dessa salvação obrigatória da alma, algumas vezes exercendo um papel perturbador para as emoções dos sujeitos. Por isso questionamos até que ponto esse discurso poderia levar ao adoecimento melancólico. O próprio campo religioso em suas enunciações também se autorizava como a cura para os males, inclusive a melancolia. Aqui alcançamos um ponto de inflexão em que as emoções, tão exploradas pelo aspecto religioso, podem passar a pertencer a um outro campo discursivo: a medicina da época.

Ao passarmos a esse campo pode-se dizer que a já referida disputa setecentista

entre religião e ciência dialoga com o conceito de *habitus*, visto que o *habitus* é um exercício inconsciente que se opera no plano da ação dos indivíduos envolvidos no meio coletivo (BOURDIEU, 1989, p. 60-62). Para Bourdieu, as práticas sociais se efetivam a partir do exercício mecânico em que foram internalizadas nas condutas prescritas dentro de uma tradição social. Esta tradição social estava em constante mudança ao longo do século XVIII, e uma nova lógica, mais pragmática, baseada no empirismo e na ciência roubaram a cena do *habitus* que ainda era ditado pelo universo religioso.

Tal ponto de vista é corroborado por autores que manifestam a chamada “crise da consciência europeia” que dá indícios de uma profunda transformação mental ao longo deste século (HAZARD, 1961). O *habitus* relacionado a forma de pensar introjetada nas mentes do laicato daquele tempo histórico até então estava vinculado à fé e ao discurso religioso. Mas, na passagem do século XVIII para o século XIX foi inaugurado um novo *habitus* no qual a racionalidade, o empirismo e a razão começaram a fazer parte de uma nova forma de ver o mundo entre os europeus.

Esse projeto de tese também está ligado à situação das mulheres ao longo do século XVIII, visto que se debruça sobre o discurso de homens acerca de uma doença abordada como majoritariamente feminina - *melancolia histérica* - e sobre a doença de Dona Maria I. Sendo assim, para pensar esse universo que pesou sobre as emoções femininas ao longo do século XVIII utilizaremos os pressupostos teóricos de Pierre Bourdieu em seu livro *A dominação masculina* (2019):

Também sempre vi na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento.

[...] Torna-se evidente que, nessas matérias, nossa questão principal tem que ser [...] ao mesmo tempo, demonstrar os processos que são responsáveis pela transformação da história em natureza, do arbitrário cultural em natural (BOURDIEU, 2019, p. 12).

Bourdieu aponta que a divisão entre os sexos se alicerça no discurso da natureza dos corpos e em sua anatomia no qual o masculino torna-se a medida de todas as coisas. Tal pensamento se embasa no fato de muitos autores do século XIX teorizarem sobre a anatomia buscando justificar a inferiorização socialmente imposta às mulheres. Para o autor essa divisão entre os sexos não está contida simplesmente na anatomia, mas “[...] em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação” (2019, p. 22). Para Bourdieu, a força desta ordem masculina torna-se ainda mais evidente ao dispensar justificção:

[...] a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça [...] (2019, p. 24).

Gerda Lerner traz importantes contribuições ao exposto por Bourdieu ao pensar o nascimento do patriarcado, abordando como essa ordem androcêntrica está ligada a formação do próprio Estado e por isso parece estar naturalizada, sem necessitar de justificativas para se impor. Isto ocorre, pois, a unidade básica da organização do Estado arcaico ocidental foi a “família patriarcal, que expressava e criava de modo incessante suas regras e valores. Vimos como definições de gênero afetaram integralmente a formação do Estado” (LERNER, 2019, p. 290).

Iniciada também desde os primórdios da humanidade, a divisão sexual do trabalho se constitui um dos pilares da dominação masculina (além dos discursos acerca da anatomia e da sexualidade). Sobre essa divisão entre gêneros no trabalho é estruturada uma oposição entre “o lugar de assembleia ou de mercado, reservado aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no próprio lar, entre a parte masculina, com o salão e a parte feminina, com o estábulo, a água e os vegetais” (BOURDIEU, 2019, p. 24).

Assim, as representações que são feitas das mulheres pela sociedade, mantêm estereótipos para além do limite do simbólico e se traduzem por ações concretas e discriminatórias encobertas por justificativas baseadas ora no protecionismo, ora na culpabilização (LOPES, 1989, 2017; ALMEIDA, 2006, p. 59). É a partir desses mecanismos que justificam o controle masculino para uma suposta proteção da mulher

ou que as culpabilizam pelas atitudes discriminatórias dos homens que a dominação masculina aprofunda sua manipulação sobre as mulheres.

Para Bourdieu (2019, p. 30), a dominação masculina adentra o mais profundo das consciências levando as próprias dominadas a pensarem segundo a lógica patriarcal:

Quando os dominados aplicam àquilo que os domina, esquemas que são produtos da dominação, ou, em outros termos, quando seus pensamentos e suas percepções estão estruturados em conformidade com as estruturas mesmas da relação que lhes é imposta [...] É por isso que as mulheres podem se alicerçar nos esquemas de percepção dominantes (alto/baixo; duro/mole; reto/curvo; seco/úmido), que as levam a uma representação bastante negativa do próprio sexo [...].

Esse introjetar das normas sexistas e dominadoras é custoso às emoções femininas, já que as mulheres sempre viveram em estado de menor liberdade do que os homens pois sua sexualidade, era controlada por outros, deixando as mulheres não só em desvantagem, “como também restritas de maneira muito particular em termos psicológicos” (LERNER, 2019, p. 293). Essas restrições psicológicas ficam explícitas na forma como as mulheres devem se portar na Cabília, local em que Bourdieu fez seus estudos sociológicos sobre a dominação masculina. Hajavista que nessa sociedade a mulher

[...] mantém-se afastada dos lugares públicos, deve de algum modo renunciar a fazer uso público do próprio rosto e de sua palavra (ela anda em público com os olhos baixos, voltados para os pés, e a única expressão que lhe convém é “eu não sei”, antítese da palavra viril que é afirmação decisiva, cortante, ao mesmo tempo que refletida e calculada (BOURDIEU, 2019, p. 36).

A religião tem um papel importante nessa introjeção, pois se insere “na cultura da sociedade edificando regras e valores, ditando hábitos e costumes, normatizando corpos e esculpindo mentes”, regrando comportamentos e tecendo as relações entre homens e mulheres, entre o feminino e o masculino. As mulheres trazem para si o imaginário social do que se espera delas como gênero e a religião ratifica os princípios morais e educacionais ao regerar o comportamento pela via do sagrado. Sob os dogmas religiosos, as relações de gênero se consolidam “cultural e ideologicamente, dando espaço ao

simbólico que paira sobre a vida social, a política e a economia” (ALMEIDA, 2006, p. 59).

Pode se dizer então que as “identidades distintivas que a arbitrariedade cultural instituiu encarnam em *habitus* claramente diferenciados conforme o princípio de divisão dominante e capazes de perceber o mundo segundo este princípio” (BOURDIEU, 2019, p. 46). Assim as diferenças identitárias entre homens e mulheres são transmutadas em *habitus* diferentes entre os sexos: formas de vida, de emoções e de se portar diante do mundo que performam essas diferenças. Para Almeida (2006, p. 59), a educação é o veículo no qual a cultura e a religião alicerçam seus valores e transmitem a ideologia, sendo um espaço de propagação de regras comportamentais sobre as quais se assentam as relações de poder.

A partir dessa discussão teórica sobre a dominação masculina e seus artifícios para subjugar as mulheres, trabalharemos os discursos médico e religioso sobre uma doença tida como correntemente feminina - a *Melancolia histórica* -, bem como os estereótipos sobre as emoções e a racionalidade femininas que aparecem nesses discursos e mantém as mulheres sob dominação social, cultural e religiosa para com os homens.

O estudo de caso sobre a figura de Dona Maria I se faz interessante pois ela, apesar da extrema religiosidade e apego ao campo de pensamento religioso, teve que transcender as barreiras impostas às mulheres e assumir o trono português como a primeira mulher a se tornar monarca de Portugal. Em um ambiente social e cultural que restringia as mulheres ao espaço privado, que as educava para que fossem subservientes e adequadas a visão de mundo patriarcal, Dona Maria foi coroada rainha de Portugal a despeito deste patriarcado no seu entorno. Como analisaremos questões de foro íntimo da monarca, com a utilização de cartas trocadas por ela, vale ressaltar a Escrita de si como uma vertente histórica a ser utilizada que abrange os documentos produzidos ao longo do processo de privatização ocorrido na Modernidade (FOUCAULT, 1992; GOMES, 2004). Entretanto, a monarca sucumbiu às emoções em algum momento de sua trajetória e perdeu a “razão”. Razão essa que era vista como domínio masculino e mantinha os homens como figuras de poder no espaço público.

FONTES E METODOLOGIA

Como explicado anteriormente, nossa abordagem terá como enfoque a História das emoções em diálogo com o discurso médico e com os pressupostos religiosos da época para compreender as relações existentes entre os aspectos emocionais e as afecções que acometiam as mulheres. Para tanto, utilizaremos três diferentes categorias de corpus documentais: fontes religiosas, fontes científicas, fontes de natureza privada, nomeadamente epistolares e, esperamos, fontes diplomáticas

Abordaremos algumas fontes religiosas da época sobre a tristeza e a melancolia, como a obra *Introdução à vida devota* de Francisco de Salles que, apesar de ter sido publicada em 1609, teve ampla repercussão em Portugal no século seguinte (FLECK; DILLMANN, 2019). Além desta obra, buscaremos outros documentos religiosos setecentistas para completar esse corpus documental sobre a tristeza e a melancolia no discurso religioso

Em contrapartida, analisar-se-ão tratados de medicina da época que versam sobre a melancolia tendo como enfoque a forma como o emocional feminino e os sentimentos das mulheres apareceram no discurso médico durante o século XVIII. Para tanto, escolhemos três principais documentos para elaboração da análise.

O primeiro deles, intitulado *Dissertatio Inauguralis Medica de Melancholia Hysterica*, foi publicado em 1727 por Friedrich Clemens e Joannes Depré que abordou as características do tipo de melancolia referido no título da obra. A tradução desta obra estará facultada nos anexos da tese, haja vista que nos propomos a analisar a temática das emoções femininas dentro desse tratado.

Publicado em 1731, o segundo tratado médico que fará parte deste conjunto documental é o *Âncora Medicinal - para conservar a vida com saúde*, de Francisco da Fonseca Henriquez. Em específico o capítulo 7- sessão 5, que aborda a temática das paixões e sua relação com a hígidez. Esses dois são os principais documentos destacados até o momento para análise do discurso médico sobre a melancolia histérica no setecentos europeu. Contudo, esperamos que a pesquisa na Biblioteca Nacional de Portugal e na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra possam ainda revelar outros textos.

Para o estudo de Caso de Dona Maria I, contamos com um corpus documental

principalmente baseado em correspondências trocadas pela monarca com pessoas de sua confiança e até mesmo de certa intimidade, em parte já publicada (LÁZARO, 2013, 2014). Vemos a análise dessa documentação como um complemento do trabalho de Ana Catarina Necho, agora com novos olhares, e também com novas fontes colhidas em arquivos públicos e bibliotecas do Rio de Janeiro e de Lisboa. Procuraremos também encontrar menções à doença da rainha em correspondência de diplomatas sediados em Lisboa, ou depois, no Rio de Janeiro – o que implicará viagens a outros países europeus ou encomendas de digitalizações.

A metodologia a ser utilizada para analisar esses documentos será a Análise de Conteúdo de Laurence Bardin (2011, p. 38), que conceitua esse método como

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. [...] A intenção da Análise de Conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de repetição) inferência essa que recorre a indicadores (quantitativos ou não).

Essa metodologia toma a mensagem como ponto de partida para análise, ligando essa mensagem às condições contextuais de seus produtores. Essas mensagens expressam, portanto, as representações sociais que dizem respeito à dinâmica entre a atividade psíquica do indivíduo e o objeto do conhecimento, que se estabelece na prática social e histórica da humanidade. A Análise do Conteúdo está preocupada com três pilares da linguagem: o significado das palavras que compõem a mensagem; o sentido daquelas unidades no contexto; e a semântica, que é uma descrição analítica e interpretativa do sentido que um indivíduo atribui à sua mensagem (FRANCO, 2008, p. 34).

Para Bardin (2011), a AC segue os seguintes passos analíticos: pré-análise (preparação), exploração do material (e sua respectiva descrição), tratamento dos resultados obtidos (montagem de tabelas), e, por último, a síntese final (inferência e interpretação). Segundo a autora, o analista é como um arqueólogo que trabalha com vestígios a partir dos quais ele infere de maneira lógica conhecimentos que extrapolam o conteúdo manifesto, associando-os a outros elementos. De acordo com esses procedimentos, realizaremos as análises das fontes supracitadas inferindo as implicações históricas e sociais desses discursos para as mulheres do século XVIII.

FONTES E ESTUDOS

DOCUMENTAÇÃO DE ARQUIVO

Arquivo Nacional da Torre do Tombo: em início de exploração. Biblioteca Nacional da Ajuda: em início de exploração.

Biblioteca Nacional de Portugal – manuscritos: em início de exploração. Fundação

Biblioteca Nacional do Brasil – exploração em andamento Arquivo Nacional brasileiro - exploração em andamento

Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis – exploração em andamento

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – exploração em andamento

DOCUMENTAÇÃO PUBLICADA

AQUINO, Tomás de. *Sobre o ensino (De Magistro) e Os sete pecados capitais*. Tradução e estudos introdutórios Luiz Jean Lauand. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. *Suma Teológica*. Trad. Pe. Gabriel C. Galache, SJ & Pe. Fidel García Rodríguez, SJ (Dir.). São Paulo: Edições Loyola, 2004. (v. V).

CLEMENS, Johannes Fridericus; DEPRE, Joannes Friderici. *Dissertatio inauguralis medica de melancholia hysterica*. Disponível em: <https://archive.org/details/b3077620x> Acesso em: 07 de agosto de 2021.

HENRIQUEZ, Francisco da Fonseca. *Âncora Medicinal - Para conservar a vida e a saúde*. 4ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2004 [1ª ed. 1731].

LÁZARO, Alice. *O reinado do amor - Cartas íntimas da Priora da Estrela para a rainha Dona Maria I (1776-1780)*. Coleção Ecos da História. Lisboa: Chiado, 2013.

LÁZARO, Alice. *Com o Mais Fino Amor - Cartas da rainha Dona Maria I para a Filha*(1785-1787). Lisboa: Chiado, 2014.

SALES, Francisco de. *Introdução à vida devota*. Nova edição revista e prefaciada com prólogo do padre Gonçalo Alves. Porto: Livraria Catholica Portuense, Centro de Propagandareligiosa em Portugal e Brazil, s/d [1609].

BIBLIOGRAFIA INSTRUMENTAL

ALMEIDA, Jane Soares. Os paradigmas da submissão: mulheres, educação e ideologia religiosa - uma perspectiva histórica. In: FRANCO, S. P.; NADER, M. B.; SILVA, G. V. (Orgs.) *História, mulher e poder*. Vitória: Edufes, 2006.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Tradução de Luís Antero Reta e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2011 [1977].

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

_____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996

_____. *O Poder Simbólico*. Lisboa: DIFEL, 1989.

_____. *A dominação masculina*. 16 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FARGE, Arlette. *Lugares para a História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

FOUCAULT, Michel. *Sécurité, Territoire, Population – Cours au Collège de France* (1977-1978). Paris: Seuil/Gallimard, 2004.

_____. *Ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

_____. A escrita de si. In: *O que é um autor?* Lisboa: Passagens. 1992. p. 129-160.

_____. *A História da Loucura na Idade Clássica* (1961). 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1997.

FRANCO, Maria Laura Publisi Barbosa. *Análise de Conteúdo*. Brasília: Liber Livro, 2008.

GOMES, Angela Maria de Castro. *Escrita de si, escrita da História*. Editora FGV, 2004.

LERNER, G. *A criação do patriarcado*. São Paulo: Cultrix, 2019.

ROSALDO, Michelle. “Toward an anthropology of self and feeling”. In: R. Shweder & R. LeVine (orgs.), *Culture theory — essays on mind, self and emotion*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984. pp. 137-157

BIBLIOGRAFIA DE APOIO

ABENASSIFF, Ana Lucia de Souza. *Trajetória política de D. Maria I: ideias ilustradas, convulsão política e melancolia*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, da Universidade Federal do Espírito Santo— 2018. 133 f.

ABREU, Jean Luiz Neves. *O corpo, a doença e a saúde: o saber médico luso-brasileiro no século XVIII*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de

Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006.

ALTSCHULE MD. *Acedia*: its evolution from deadly sin to psychiatric syndrome. *Br J Psychiatry*. 1965; 111:117.

AMORIM, Mariana Costa. *Para a manutenção da saúde régia: alimentação no Âncora Medicinal de Francisco da Fonseca Henriquez*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, p. 112, 2020.

ANDRADE, Daniel Pereira. O Governo dos Sentimentos Morais no Século XVIII. In: *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 59, no 1, 2016, pp. 233 a 269.

BEIRÃO, Caetano. *D. Maria I, 1777-1792. Subsídios para a revisão da história do seu reinado*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1934.

BOLÉO, Luísa V. Paiva. *D. Maria I, a rainha louca*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2019.

BRAGA, Paulo Drumond. *A rainha discreta. Mariana Vitória de Bourbon*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2014

_____. *D. Pedro III o rei esquecido*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2013.

BORRÊCHO, Maria do Céu. *D. Maria Francisca: de Princesa da Beira a Princesa do Brasil*. (2016):

http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-68852016000100009.

BURRIEZA SÁNCHEZ, Javier (ed.). *El alma de las mujeres. Ámbitos de espiritualidad femenina en la modernidad (siglos XVI-XVIII)*. Valladolid, Universidad de Valladolid, 2015.

CERQUEIRA, Bruno da Silva Antunes de. A primeira Chefe de Estado do Brasil: D. Maria I, a louca? In: *Cadernos da Associação dos Consultores Legislativos e de Orçamento e Fiscalização da Câmara dos Deputados - Aslegis*. Brasília, 2014.

CHAUNU, Pierre. *A civilização da Europa Clássica*. Lisboa: Estampa, 1987. V.2.

CLARA, Carlos José da Silva Santa. Melancolia: da Antiguidade à Modernidade. Uma breve análise histórica. In: *Mental*. vol. 7. n. 13. Barbacena, 2009.

CONSENTINO, Francisco Carlos. Uma leitura de Antonio Manuel Hespanha. In: *Cultura Histórica & Patrimônio*. Volume 2, número 1: Alfenas, 2013.

CONTI, Norberto Aldo. Vincenzo Chiarugi: La pazzia y el Reglamento de Bonifacio en los orígenes de la psiquiatria moderna. *Asclepio*, 67 (2), 2015.

CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. *História das emoções*. Petrópolis: Vozes, 2020.

DEL PRIORE, Mary. *Dona Maria I: as perdas e as glórias da rainha que entrou para a história como “a louca”*. São Paulo: Benvirá, 2019.

_____. Viagem pelo imaginário do interior feminino. *Rev. Bras. Hist.* 19 (37), 1999.

DELUMEAU, Jean. *O pecado e o medo: a culpabilização no Ocidente (séculos 13-18)*. Bauru: EDUSC, 2003.

FEBVRE, Lucian. La sensibilité et l’histoire: comment reconstituer la vie affectived’ autrefois? In: *Annales d’histoire sociale*. 1941, p. 5-20.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann; DILLMANN, Mauro. Remédios para a tristeza: as instruções religiosas de Francisco de Sales em Introdução à vida

devota, Portugal (séculos XVII-XVIII). In: *Topoi*, 20 (41). Rio de Janeiro, 2019.

FREVERT, Ute. *Emotional Lexicons: Continuity and Change in the Vocabulary of Feeling 1700–2000*. Oxford University Press, 2014.

GOMES, Juliano. *O adágio de meter-me em botas tendo as pernas tortas: a trajetória do escultor del-rei Joaquim Machado de Castro (1731-1788)*. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, p. 165, 2019.

HAZARD, Paul. *Crise da consciência europeia: 1680-1715*. Paris: Fayard, 1961.

HERSANT, Yves. Melancolia. In: CORBIN, Alain; COURTINE Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. Org. *História das emoções*. Petrópolis: Vozes, 2020.

HESPANHA, António M. *As Estruturas Políticas em Portugal na Época Moderna*. In: TENGARRINHA, José. (org.) *História de Portugal*. São Paulo: Unesp/EDUSC, 2003.

_____. *Depois do Leviathan*. In: *Caleidoscópio do Antigo Regime*. São Paulo: Alameda, 2012.

HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos: uma história*. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. 288 p.

LÁZARO, Alice. *A Virtuosa Arte de Reinar nos Parabéns à Rainha Dona Maria I – Pelouseu Confessor*. Lisboa: Chiado, 2016.

LOPES, Marcos Antônio. *O imaginário da realeza: cultura política ao tempo do absolutismo*. Londrina: Eduel, 2012.

LOPES, Maria Antónia. “Da igualdade entre os sexos e da opressão das mulheres: alegações de uma portuguesa em 1715” in *Primeiros textos sobre igualdade e dignidade humanas*, vol. 14 de Obras Pioneiras da Cultura Portuguesa, dir. de José Eduardo Franco e Carlos Fiolhais, Lisboa, Círculo de Leitores, 2019, pp. 60-66.

_____. “Estereótipos de "a mulher" em Portugal dos séculos XVI a XIX (um roteiro)” in *Donne, Cultura e Società nel panorama lusitano e internazionale (secoli XVI-XXI)*, a cura di Maria Antonietta Rossi, Viterbo, Sette Città, 2017, pp. 27-44.

_____. *Mulheres, espaço e sociabilidade. A transformação dos papéis femininos em Portugal à luz de fontes literárias (segunda metade do século XVIII)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989.

_____. *Rainhas que o Povo amou. Estefânia de Hohenzollern e Maria Pia de Saboia*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2011 (e Lisboa, Temas e Debates, 2013).

MERLO, Patrícia M. Justiça e poder local: ilustração e modernidade em Portugal do “setecentos” In: *Dimensões*, N. 28. Vitória, 2012. p. 26-42.

_____. Os estudos médicos e o (des) conhecimento sobre o corpo no Setecentos português. *Dimensões*, N. 34, Vitória, 2015. p. 50-68.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo (coord.). *História da Vida Privada em Portugal* (dir. geral José Mattoso). A Idade Moderna, Lisboa, Temas e Debates /Círculo de Leitores, 2010.

_____. *D. José. Na sombra de Pombal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006.

_____. *Elites e poder: entre o antigo regime e o liberalismo*. 3.^a ed. ICS, Imprensa de Ciências Sociais: Lisboa, 2012.

MOTA, Isabel Ferreira da. *D. Maria I a Piedosa*, Matosinhos, QuidNovi, 2009.

NECHO, Ana Catarina. *A Melancolia Do Poder: Representações e Imagens de D. Maria I, a Piedosa (1734 - 1799)*. Lisboa: Chiado, 2016.

OLIVEIRA, Josemar Machado de.; MERLO, Patrícia. *A época moderna e a construção da dicotomia entre o público e o privado* [recurso eletrônico] - Dados eletrônicos. - Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Secretaria de Ensino a Distância, 2017. 63 p.

PAYER, Pierre J. *Sex and the New Medieval Literature of Confession, 1150-1300*. Toronto: Brepols, 2009.

_____. *Sex and the penitentials*. Toronto: Toronto University, 1984.

PEDREIRA, Jorge e COSTA, Fernando Dores, *D. João VI o Clemente*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006.

PEREIRA, José Esteves. *O pensamento político no século XVIII: Antônio Ribeiro dos Santos*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.

PEREIRA, Mário Eduardo Costa. Cullen e a introdução do termo “neurose” na medicina. *Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 128-134, março 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlpf/a/kxKMDwP9xSwqrvgp57YBDBN/?lang=pt&format=pdf> Acesso em 20 de agosto de 2021.

PESSOTTI, I. *A loucura e as épocas*. São Paulo: Editora 34; 1994.

PLAMPER, Jan. *The History of Emotions: An Introduction*. Translated by Keith Tribe. Oxford University Press, 2015.

RAMOS, Luís de Oliveira, *D. Maria I*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2007.

REZENDE, JM. *À sombra do plátano: crônicas de história da medicina* [online]. São Paulo: Editora Unifesp, 2009.

ROCCATAGLIA G. *A history of ancient psychiatry*. New York: Greenwood Press; 1986.

RODDICE, Rob. *History of feelings*. Oxford University Press, 2019.

ROSENWEIN, Barbara H. Worrying about emotions in History. In: *The American Historical Review*, vol. 107. No. 3 (June 2002), p. 821-845.

SALLES, Jansen Gusmão. *Da Calúnia a supressão: discursos sobre educação e antijesuítismo no período pombalino*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, p. 139, 2016.

SANTOS, Piedade; RODRIGUES, Teresa; NOGUEIRA, Margarida Sá. *Lisboa setecentista vista por estrangeiros*. Lisboa: Livros Horizonte, 1996.

SILVA, Julio Cesar da Costa. *O terremoto de Lisboa de 1755 e a trajetória política de Sebastião José de Carvalho e Melo*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, p. 160, 2016.

SOUZA, Maria das Graças. (Org.). *Verbetes políticos da Enciclopédia de Diderot e D'Alambert*. São Paulo: Editora Unesp / Discurso Editorial, 2006.

VÍCTORA, Ceres; COELHO, Maria Claudia. A antropologia das emoções: conceitos e perspectivas teóricas em revisão. In: *Horiz. antropol.*, Porto Alegre, ano 25, n. 54, p. 7-21, maio/ago. 2019.

APÊNDICE II

Cronograma dos trabalhos a desenvolver		
Semestre / Data	Universidade	Atividades a desenvolver
<p>Primeiro semestre do plano de trabalhos</p> <p>1º semestre do ano letivo de 2022 na UFES</p> <p>[correspondente ao 2º semestre de 2021-2022 na UC]</p>	UFES	Cumprimento de créditos de disciplinas, produção de capítulo de livro, elaboração do plano de tese e esboço do primeiro capítulo da tese, pesquisa em arquivos do Rio de Janeiro sobre vestígios da doença de Dona Maria entre 1808 e 1816.
<p>Segundo semestre do plano de trabalhos</p> <p>1º semestre de ano letivo de 2022-2023 na UC</p>	U. COIMBRA	Cursar disciplinas sobre Modernidade portuguesa, pesquisa em arquivo da Torre do Tombo e da Biblioteca Nacional da Ajuda em busca de documentação não digitalizada; conclusão do primeiro capítulo da Tese e produção de artigo sobre emoções femininas.
<p>Terceiro semestre do plano de trabalhos</p> <p>2º semestre do ano letivo de 2022-2023</p>	U. COIMBRA	Universidade de Coimbra - cursar disciplinas sobre a Modernidade portuguesa, Pesquisa em arquivos portugueses (além da Torre do Tombo e da Biblioteca Nacional da Ajuda) em busca de documentação ainda não digitalizada. Digitalização de documentação. Descrição das fontes. Elaboração do segundo capítulo da tese.
<p>Quarto semestre do plano de trabalhos</p> <p>1º semestre do ano letivo de 2023-2024 na UC</p>	U. COIMBRA	Análise inicial do conjunto da documentação descrita e sua relação com o contexto histórico português estudado nas disciplinas cursadas em Coimbra, avaliação do corpus documental e sua suficiência para o prosseguimento da pesquisa. Pesquisa em arquivos portugueses de documentação complementar. Prova de projeto de tese. Conclusão do segundo capítulo da tese.
<p>Quinto semestre do plano de trabalhos</p> <p>1º semestre do ano letivo de 2024 na UFES</p> <p>[corresponde ao 2º semestre de 2023-2024 na UC]</p>	UFES	Revisão dos capítulos já escritos e preparação do relatório de qualificação. Elaboração do terceiro capítulo da tese. Exame de qualificação.

<p>Sexto semestre do plano de trabalhos</p> <p>2º semestre do ano letivo de 2024 na UFES</p> <p>[corresponde ao 1º semestre de 2024-2025 na UC]</p>	<p>UFES</p>	<p>Conclusão do terceiro capítulo, início da Elaboração do quarto capítulo da tese.</p>
<p>Sétimo semestre do plano de trabalhos</p> <p>1º semestre do ano letivo de 2025 na UFES</p> <p>[corresponde ao 2º semestre de 2024-2025 na UC]</p>	<p>UFES</p>	<p>Conclusão do quarto capítulo, escrita da conclusão.</p>
<p>Oitavo semestre do plano de trabalhos</p> <p>1º semestre do ano letivo de 2025-2026 na UC</p>	<p>U. COIMBRA</p>	<p>Revisão do texto, correção pelas orientadoras, ajustes finais. Entrega da tese na UC em janeiro de 2026.</p>

LEGENDA (a partir da organização do calendário escolar da UC):

UFES: 2.º semestre do ano letivo 2021/2022, 2.º semestre do ano letivo 2023/2024, ano letivo 2024/2025.

UC: ano letivo 2022/2023, 1.º semestre do ano letivo 2023/2024 e 1.º semestre do ano letivo 2025/2026.